

Anexo VI - Orientações para a Elaboração da Proposta de Preços e o Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços

1. Tendo em vista as peculiaridades desta contratação, estabelecem-se, neste Anexo, as orientações e os esclarecimentos para a elaboração da Proposta de Preços e o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, os quais deverão ser observados pela licitante.

2. A licitante deverá apresentar o Quadro Sintético, na forma do Quadro 1 deste Anexo, em sua Proposta de Preço, acompanhada da respectiva Planilha de Custos e Formação de Preços **para cada perfil profissional** especificado no subitem 1.1 do Termo de Referência.

Grupo	Item	Descrição do Perfil	Quantidade de Postos de Trabalho	Salário (R\$)	Valor do Posto (R\$)	Valor Mensal do Item (mês)	Valor de Referência Total (meses)
1	1	Analista de UX/UI Pleno					
	2	Analista de UX/UI Sênior					
	3	Líder Técnico de Desenvolvimento UX/UI					
	4	Cientista de Dados Sênior					
Total (12 meses)							

Quadro 1

3. Para o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverá ser utilizado o modelo disponibilizado no Anexo X, que reflete a metodologia de cálculo adotada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com base no Caderno de Logística, nos normativos que regem a matéria e nas experiências identificadas em licitações realizadas por outros órgãos da administração pública federal.

4. A Proposta de Preço e a Planilha de Custos e Formação de Preços **deverão** observar os **custos unitários mínimos relevantes** estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) (SindPD DF), utilizada como paradigma pela CGU, com fundamento no art. 2º, inciso II, c/c o art. 4º, §§ 1º a 3º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024.

5. Os custos unitários mínimos relevantes estão elencados no Edital. O valor do salário-base está em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e será utilizado como patamar mínimo de presunção relativa de inexequibilidade.

6. A licitante deverá indicar o instrumento coletivo de trabalho utilizado na formulação de seus preços. Caso o instrumento indicado pela licitante estabeleça **valores superiores aos da CCT paradigma**, estes deverão prevalecer, para fins de preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, por se consubstanciarem em valores mais benéficos ao trabalhador, em observância ao art. 5º, inciso III, c/c o art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176/2024.

7. Incluir, caso a empresa não esteja vinculada a CCT, deverá ser utilizado:

“Caso a licitante não possua enquadramento sindical, deverá declarar expressamente esta condição em sua proposta. Neste caso, a empresa poderá:

considerar a CCT paradigma utilizada pela Controladoria-Geral da União para fins de elaboração da proposta de preço;

indicar a CCT que melhor represente a categoria profissional dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços, cujo a base territorial seja do estabelecimento do licitante.”

8. Recomenda-se que o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços seja iniciado pela aba “Inf. Gerais”, seguida pelas abas, “CCT ou Dissídio Coletivo”, “LDI e Tributos” e, quando couber, “Alíquotas Efetivas PIS e COFINS”.

9. Não serão aceitas propostas com:

9.1. Valor de referência anual superior ao estabelecido, para cada perfil profissional, no subitem 1.1 do Termo de Referência;

9.2. Valor global superior ao orçamento estimativo total da contratação.

Memória de Cálculo

O modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços segue a estrutura do Anexo VII-D, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017:

Módulo 1: Composição da Remuneração

A. Salário-Base: o valor mensal não poderá ser inferior ao estabelecido no subitem 1.1 do Termo de Referência, fixado em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e a Instrução Normativa nº 176/2024, **para cada perfil profissional**. É facultado à licitante aumentar este valor, desde que respeitados os limites de valores de referência anual e global estimados pela CGU.

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	Rubrica	Percentual	Cálculo	Fundamento
A	13º Salário	8,33%	$(1/12) \times 100$	Art. 7º, VIII, CF/88; Item 14, Anexo XII - Conta-Depósito Vinculada, IN SEGES nº 5/2017.
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	$[(1/11) + (1/11/3)] \times 100$	Item 14, Anexo XII - Conta-Depósito Vinculada, IN SEGES nº 5/2017. Acórdão nº 2.161/2021 TCU Plenário.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), FGTS e Outras Contribuições

2.2	Rubrica	Percentual	Fundamento
A	INSS	20,00%	Art. 22, Lei nº 8.212/1991.
		10,00%	Desoneração da Folha de Pagamento - Regime de transição: art. 9º-A da Lei nº 12.546/2011 (incluído pela Lei nº 14.973/2024). Para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026 : incidência de 60% sobre as alíquotas da CPRB e de 50% sobre as alíquotas da contribuição previdenciária patronal (Lei nº 8.212/1991), nos termos do inciso II do referido artigo. Orientações e Procedimentos nº 43 – Portal de Compras do Governo Federal – 05/03/2025.
		A licitante deverá indicar e comprovar o benefício da desoneração da folha de pagamento no momento de envio da proposta de preços. A comprovação será realizada mediante a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) e do respectivo Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) comprovando o pagamento, referentes ao último período de apuração disponível, ou outro meio oficial hábil.	
B	Salário Educação	2,50%	Art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82.
C	Seguro Acidente de Trabalho RAT x FAT	RAT = 1,00%, 2,00% ou 3,00%	Art. 22, inciso II, Lei 8.212/91. Art. 202 e Anexo V, Decreto nº 3.048/1999 (RPS). Anexo I, IN RFB nº 2.110/2022.
		FAT = 0,5 a 2,0	Art. 10, Lei nº 10.666/2003. Art. 202-A, Decreto nº 3.048/1999 (RPS).
		A licitante deverá indicar a alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) correspondente ao seu grau de risco (1%, 2% ou 3%) e o respectivo índice do FAP (Fator Acidentário de Prevenção). A comprovação de tais valores deverá ocorrer no momento de envio da proposta de preços, mediante a apresentação da DCTFWeb e do Extrato do FAP, que permita a verificação da Alíquota do RAT Ajustado (RAT x FAP) vigente, ou outro meio oficial hábil.	

D	SESI/SESC	1,50%	Art. 30, Lei nº 8.036/1990.
E	SENAI/SENAC	1,00%	Art. 1º, <i>caput</i> , Decreto-Lei nº 6.246/44 (SENAI). Art. 4º, <i>caput</i> , Decreto-Lei nº 8.621/46 (SENAC).
F	SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei nº 8.029/1990.
G	INCRA	0,20%	Art. 1º, inciso I, 1 c/c art. 3º, ambos da Lei nº 8.029/1990.
H	FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/1990.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Rubrica	Valor	Fundamento
A	Auxílio Transporte	-	Art. 4º, § único, Lei 7.418/1985. Art. 114, Decreto nº 10.854/2021. Art. 458, Decreto nº 5.452/1943. Art. 214, § 9º, inciso VI, § 9º, Decreto nº 3.048/1999 (RPS). Não aplicável em razão do valor do salário-base e do desconto permitido por lei.
	Não aplicável em razão do valor do salário-base e do desconto permitido por lei.		
B	Auxílio Alimentação	R\$ 729,30	Art. 457, § 2º, Decreto nº 5.452/1943 (CLT). Art. 1º, Lei nº 14.442/2022. Art. 4º, § 2º, inciso II, IN SEGES/MGI nº 176/2024. Cláusula 13ª, letra a, c/c § 2º, CCT SINDPD-DF 2025/2026.
	A licitante deverá observar, em sua planilha de custos e formação de preços, se o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelece benefício superior ao fixado na CCT paradigma.		
C	Auxílio Saúde	-	Art. 4º, § 2º, III, IN SEGES/MGI nº 176/2024.
	A licitante deverá observar, em sua planilha de custos e formação de preços, se o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelece benefício superior ao utilizado como paradigma.		
D	Auxílio Creche	R\$ 105,33	Arts. 5º e 6º, § 1º, I, e Anexos I e II, IN SEGES/MGI nº 147/2026. Art. 4º, § 2º, IV, IN SEGES/MGI nº 176/2024.
	A licitante deverá observar, em sua planilha de custos e formação de preços, se o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelece benefício superior ao fixado na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147/2026.		
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	-	Art. 4º, § 2º, III, IN SEGES/MGI nº 176/2024.
	A licitante deverá indicar, em sua planilha de custos e formação de preços, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelecer o benefício a todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.		
F	Benefício Social Familiar (BSF)	R\$ 30,60	Art. 4º, § 2º, III, IN SEGES/MGI nº 176/2024. Cláusula 19ª, § 2º e § 7º, CCT SINDPD-DF 2025/2026.

	A licitante deverá observar, em sua planilha de custos e formação de preços, se o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelece benefício superior ao fixado na CCT paradigma.		
	Outros (especificar)	-	Art. 4º, § 2º, III, IN SEGES/MGI nº 176/2024.
G	A licitante deverá indicar, em sua planilha de custos e formação de preços, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo adotado estabelecer outros benefícios a todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.		

Módulo 3: Provisão para Rescisão

3.1	Rubrica	Percentual	Cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado (API)	0,42%	$[(0,05 \times (1/12))] \times 100 \times \text{Módulo 1}$	Art. 7º, XXI, CF/88. Arts. 477 e 487, § 1º, Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).
	Estimativa de que 5% (cinco por cento) dos empregados serão substituídos durante um ano. O percentual acima possui caráter estimativo e não vincula a proposta da licitante, que deve apresentar o seu percentual de acordo com a sua realidade, especificidades e histórico de rescisões.			
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$[(0,08 \times 0,0042) \times 100] \times \text{Módulo 1}$	Súmula 305 TST.
	Na hipótese de alteração da estimativa referente ao Aviso Prévio Indenizado, o percentual acima será ajustado.			
C	Aviso Prévio Trabalhado (APT)	1,94%	$[(7/30/12) \times 100] \times \text{Módulo 1}$	Art. 7º, XXI, CF/88. Arts. 477 e 488, Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).
D	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		% do Submódulo 2.2 x Módulo 1	Art. 28, I, Lei nº 8.212/1991.
E	Multa sobre o FGTS sobre o API e APT	4,00%	0,04 x Módulo 1	Item 14, Anexo XII - Conta-Depósito Vinculada, IN SEGES nº 5/2017 Orientações e Procedimentos nº 26 – Portal de Compras do Governo Federal – 10/08/2020

Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Rubrica	Percentual	Cálculo	Fundamento
-----	---------	------------	---------	------------

A	Substituto na Cobertura de Férias (13º Salário do Substituto)	0,69%	$(1/12/12) \times 100$	Art. 7º, VIII, CF/88. Anexo VII-B - Diretrizes Específicas para Elaboração do Ato Convocatório, IN SEGES nº 5/2017
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais O numerador da fração corresponde ao número estimado de dias de ausência legal durante um ano. O percentual acima possui caráter estimativo e não vincula a proposta da licitante, que deve apresentar o seu percentual de acordo com a sua realidade, especificidades e histórico de reposição do profissional ausente.	0,28%	$(1/360) \times 100$	Art. 473, Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT).
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade O numerador da fração corresponde ao número de dias de licença paternidade, seguido do percentual estimado da ocorrência durante um ano. Com base no art. 11 da Lei nº 15.371/2026, o número de dias será elevado gradualmente, para 10 dias (a partir de 1º/01/2027); 15 dias (a partir de 1º/01/2028); e 20 dias (a partir de 1º/01/2029). O percentual acima possui caráter estimativo e não vincula a proposta da licitante, que deve apresentar o seu percentual de acordo com a sua realidade, especificidades e histórico de reposição do profissional ausente.	0,02%	$(5/360) \times 0,015$	Art. 7º, XIX, CF/88. Art. 10, § 1º, ADCT. Lei nº 15.371/2026.
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho O numerador da fração corresponde ao número de dias (15) de afastamento por acidente de trabalho durante um ano, cujo pagamento fica a cargo da empresa, seguido do percentual estimado da ocorrência. O percentual acima possui caráter estimativo e não vincula a proposta da licitante, que deve apresentar o seu percentual de acordo com a sua realidade, especificidades e histórico de reposição do profissional ausente.	0,33%	$(15/360) \times 0,08$	Art. 19 a 23, Lei nº 8.213/1991. Art. 75, Decreto nº 3.048/1999.
E	Substituto na Cobertura de Licença Maternidade Estimativa de que 2% (dois por cento) dos empregados serão substituídos por 4 (quatro) meses. O percentual acima possui caráter estimativo e não vincula a proposta da licitante, que deve apresentar o seu percentual de acordo com a sua realidade, especificidades e histórico de reposição do profissional ausente.	0,06%	$[(1/12) \times 0,02 \times (4/12)]$	Art. 7º, XVIII, CF/88.
F	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Somatório do Submódulo 4.1			Art. 28, I, Lei nº 8.212/1991.

Módulo 5: Insumos Diversos

5	Rubrica	Valor	Fundamento
A	Uniforme	-	Não há exigência de uniforme.
B	Materiais de Consumo	R\$145,67	O valor corresponde à estimativa de consumo anual de materiais necessários

			<p>à execução dos serviços em regime remoto, rateada mensalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suprimentos de escritório (R\$ 480,00); • Cartucho/toner para impressão eventual (R\$ 360,00); • Cabos, adaptadores e pequenos acessórios de TI (R\$ 240,00); • Reposição de periféricos (R\$ 480,00); • Itens de proteção e higiene do equipamento (R\$ 120,00); • Papel A4 e materiais de impressão (R\$ 68,04); <p>O custo total é de R\$1.748,04 o que corresponde ao custo mensal de R\$145,67.</p>
C	Equipamentos	R\$310,51	<p>Utilizou-se como parâmetro o valor corresponde à depreciação mensal do conjunto de equipamentos necessários para cada empregado alocado, calculada com base em uma vida útil de 24 (vinte e quatro) meses. Os equipamentos e custos unitários considerados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notebook (R\$5.500,00); • Headset (R\$800,00); • Mouse e Teclado (R\$350); • Webcam HD (R\$780); • Suporte ergonômico para notebook (R\$22,24); <p>O custo total é de R\$7.452,24 o que corresponde ao custo mensal de R\$310,51.</p>
D	Outros (especificar)	-	Utilizados diretamente na execução dos serviços, se houver.

Módulo 6: Custos Indiretos, Lucro e Tributos

6	Rubrica	Percentual	Fundamento
A	Custos Indiretos	5,00%	Percentual exemplificativo.
B	Lucro	10,00%	Percentual exemplificativo.
<p>1. Para fins de estimativa, as rubricas 'Custos Indiretos' e 'Lucro' contemplam, respectivamente, as despesas administrativas, operacionais e de gerenciamento, e a margem de ganho da empresa. Os percentuais devem ser ajustados conforme a realidade e especificidades que impactem na proposta da licitante.</p> <p>2. Eventuais custos não discriminados expressamente na memória de cálculo deverão ser absorvidos pelos Custos Indiretos e Lucro.</p>			
C	Tributos		
	1. Tributos Federais (PIS)	0,65%	Lucro Presumido (regime cumulativo). Art. 1º, MP nº 2.158-35/2001. Art. 2º, Lei nº 9.718/1998.

	1,65%	Lucro Real (regime não cumulativo). Art. 2º, Lei nº 10.637/2002.
<p>A licitante deverá elaborar sua proposta comercial e as respectivas planilhas de custos em estrita observância ao regime de tributação a que estiver legalmente submetida. A comprovação do regime tributário deverá ocorrer no momento de envio da proposta de preços, mediante a apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), EFD-Contribuições, DCTFWeb ou de outro meio oficial hábil.</p> <p>A licitante tributada pelo lucro real deverá indicar o percentual que represente a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, demonstrada por meio da aba auxiliar: “Alíquotas Efetivas PIS e COFINS”.</p>		
2. Tributos Federais (COFINS)	3,00%	Lucro Presumido (regime cumulativo). Art. 8º, caput, Lei nº 9.718/1998.
	7,60%	Lucro Real (regime não cumulativo). Art. 2º, Lei nº 10.637/2002.
<p>A licitante deverá elaborar sua proposta comercial e as respectivas planilhas de custos em estrita observância ao regime de tributação a que estiver legalmente submetida. A comprovação do regime tributário deverá ocorrer no momento de envio da proposta de preços, mediante a apresentação da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), EFD-Contribuições, DCTFWeb ou de outro meio oficial hábil.</p> <p>A licitante tributada pelo lucro real deverá indicar o percentual que represente a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, demonstrada por meio da aba auxiliar: “Alíquotas Efetivas PIS e COFINS”.</p>		
3. Tributos Federais (CPRB)	0,00%	Art. 22, Lei nº 8.212/1991.
	2,70%	<p>Desoneração da Folha de Pagamento - Regime de transição: art. 9º-A da Lei nº 12.546/2011 (incluído pela Lei nº 14.973/2024).</p> <p>Para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026: incidência de 60% sobre as alíquotas da CPRB e de 50% sobre as alíquotas da contribuição previdenciária patronal (Lei nº 8.212/1991), nos termos do inciso II do referido artigo.</p> <p>Orientações e Procedimentos nº 43 – Portal de Compras do Governo Federal – 05/03/2025</p>
<p>A licitante deverá indicar e comprovar o benefício da desoneração da folha de pagamento no momento de envio da proposta de preços. A comprovação será realizada mediante a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) e do respectivo Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) comprovando o pagamento, referentes ao último período de apuração disponível, ou outro meio oficial hábil.</p>		
4. Tributos Municipais (ISS)	5,00%	A alíquota do ISS varia entre 2 e 5%, dessa forma considerou-se, para fins de modelo de orçamento, a alíquota máxima.
<p>A licitante deverá indicar a alíquota de ISS correspondente ao local do seu estabelecimento responsável pela execução do serviço contratado, em estrita observância ao art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003.</p> <p>Caso a licitante possua benefícios fiscais de redução de alíquota, deverá comprovar tal condição mediante documento oficial ou outro meio oficial hábil, no momento de envio da proposta de preços.</p>		

	<p>Para o cálculo de cada tributo, aplicar a seguinte fórmula:</p> $\text{Valor do Tributo} = ((\text{Soma dos módulos} + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) \times \text{Percentual do Tributo}) / (1 - \text{Soma dos Percentuais dos Tributos})$
	<p>A licitante deverá formular sua proposta considerando o regime tributário vigente no momento de envio da proposta de preços.</p> <p>Em razão do cronograma estabelecido pela Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária), eventuais alterações nas alíquotas decorrentes da transição dos tributos atuais (PIS, COFINS e ISS) para a CBS e o IBS deverão ser refletidas na execução contratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.</p>